



Hélio José e Paulo Paim (2º e 3º à esq.) debatem possíveis impactos da reforma da Previdência em reunião de CPI

Origens de crise da Previdência causam divergência

Em debate na CPI da Previdência, especialistas discordaram sobre as causas da crise no setor e os impactos da proposta de reforma. Para defensores do projeto, ele vai assegurar equilíbrio à Previdência.

Segundo eles, o déficit vem da economia e do envelhecimento da população. Já os opositores dizem que os problemas vêm da sonegação e que a proposta é injusta ao tratar igualmente os desiguais. **8**

Especialistas divergem sobre Previdência

CPI que investiga o setor discutiu ontem efeitos da reforma e relação entre o envelhecimento da população e o déficit do sistema

ECONOMISTAS E ESPECIALISTAS divergiram ontem sobre os impactos da reforma da Previdência proposta pelo governo e as origens da crise no setor. Reunidos em mais uma audiência pública da CPI da Previdência, eles apresentaram dados sobre contribuições e beneficiários, déficit, seguridade social e envelhecimento da população.

Para o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ernesto Lozardo, diante do atual quadro das despesas públicas, as propostas de reforma vão assegurar definitivamente a solvência da Previdência, respeitando os direitos adquiridos, sem afetar quem já tem os requisitos para os benefícios.

Além disso, as regras de transição, disse, devem tornar gradativos os efeitos da reforma sobre os atuais trabalhadores ativos. Ele defendeu manter a vinculação do piso previdenciário com o salário mínimo.

Os impactos macroeconômicos da reforma, segundo Lozardo, seriam aumento da poupança pública, estabilidade da taxa de juros e do câmbio e sustentabilidade do crescimento econômico.

— Não se pode mais cobrir o déficit por meio de aumento da dívida pública ou de impos-



O relator e o presidente da CPI da Previdência, senadores Hélio José (3º à esq.) e Paulo Paim (C), ouvem debatedores em mais uma audiência da comissão

tos. Nós temos que trabalhar em um projeto de Previdência que seja sustentado pelas suas próprias pernas, ou seja, pela sua própria receita. Acho que esse acerto não tem que recair sobre a classe mais pobre. Tem que ter uma racionalidade muito grande por um lado e por outro pode ser uma reforma que venha a viabilizar o crescimento.

Envelhecimento

O professor Kaizô Beltrão, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), lembra que um dos problemas no Brasil é que nem todo mundo participa do mercado de trabalho formal e contribui para a Previdência. Além disso, disse, aumentou a população de idosos com redução gradual da população economicamente ativa.

No início do sistema previdenciário, apontou, havia 30 pessoas contribuindo para cada beneficiário e atualmente a proporção caiu para dois contribuintes por beneficiário.

— Se as regras [atuais da Previdência] continuarem, então, nós estamos falando

algo como 40% da população recebendo os benefícios. Tem mais gente envelhecendo, menos gente nascendo, o último censo já aponta abaixo de duas crianças por mulher. Significa que a população a partir de 2030 começa a decrescer. E a população em idade ativa começa a decrescer antes disso. Como equilibrar essas contas? — questionou.

Para o secretário de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social no Tribunal de Contas da União (TCU), Fábio Granja, o crescimento dos gastos do Regime Geral não se deve ainda à mudança demográfica, com baixa taxa de fecundidade e maior expectativa de vida, embora essa seja uma preocupação futura.

— O que está impactando mais, no curto prazo, seriam questões conjunturais, problemas de gestão e também o próprio desenho da política. Então, você tem na política previdenciária uma aposentadoria precoce, uma possibilidade de que determinado segmento não contribua. A

gente verifica isso vendo o número de segurados especiais, ou seja, aposentadorias rurais crescendo muito mais rapidamente do que as outras.

Granja também demonstrou preocupação com os regimes próprios, principalmente de estados e municípios, nos quais o déficit atuarial é elevado.

Terrorismo

O professor Eduardo Fagnani, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), classificou de “terrorismo econômico e demográfico” os motivos alegados para a reforma da Previdência.

— O diagnóstico é questionável e as propostas excludentes. É uma reforma draconiana, que atinge o pobre. Não é justo tratar igualmente quem é desigual. Eles querem que o trabalhador rural do Nordeste tenha regras muito parecidas ou semelhantes às de um promotor público de São Paulo. São regras mais severas que as de países desenvolvidos. É justo comparar o Brasil com um país desenvolvido? — questionou.

Fagnani ainda criticou a inclusão pelo governo de benefícios como salário-família nas despesas da Previdência. Segundo ele, o Executivo confunde fontes de receitas previdenciárias e de seguridade.

O administrador Luciano Fazio, especialista em previdência social, questionou se a avaliação do equilíbrio previdenciário deve ser feita em curto, médio ou longo prazo. Ele lembrou que a Desvinculação de Receitas da União (DRU) vale no médio prazo (até 2023) e indagou se cabe considerá-la em período maior.

Fazio ressaltou que há renúncias com finalidade previdenciária. E perguntou como as outras, sem essa finalidade, devem ser tratadas nas contas da Previdência.

— É difícil calcular os resultados da Previdência, porque só conheço as receitas inclusivas, que não são únicas. Não posso fazer uma contabilidade criativa que sugere que o problema seja causado pela previdência rural porque isso não tem base legal e é equivocado conceitualmente — afirmou.